



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wilians Mendes de Oliveira



RELATÓRIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17 DE 2025 – Poder Executivo

Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 383, de 12 de março de 2025.

RELATOR: VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

O Projeto de Lei Complementar nº 17 de 2025, de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva, tem por objetivo *dispor sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 383, de 12 de março de 2025*, que alterou a Lei Complementar nº 207/2006, a qual trata do Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários da Rede Municipal de Ensino.

Por meio do Projeto de Lei Complementar nº 17/2025, busca-se a autorização legislativa para modificar a redação do artigo 5º da Lei Complementar nº 383/2025, com a finalidade de conferir maior clareza e segurança jurídica ao processo de atribuição de aulas para o ano letivo de 2026, especialmente em razão do recente reenquadramento de servidores do cargo de Educador Infantil para o cargo de Professor de Primeira Infância.

O artigo 1º altera a redação do art. 5º da Lei Complementar nº 383/2025, passando a dispor que, ao final do exercício de 2025, será realizada classificação contendo todos os docentes reenquadrados como Professores de Primeira Infância, sendo que a atribuição deverá respeitar os ditames estabelecidos no Estatuto do Magistério.

Em relação aos profissionais enquadrados, será mantida a pontuação acadêmica, mas reiniciada aquela referente ao tempo de cargo, adequando o procedimento às novas funções desempenhadas e preservando, ao mesmo tempo, o devido reconhecimento da formação acadêmica dos servidores.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Willians Mendes de Oliveira



O artigo 2º dispõe que a Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto de lei veio acompanhado de documentação instrutória que inclui ata da reunião do Conselho do Quadro do Magistério, realizada em 9 de setembro de 2025, na qual deliberou-se pela alteração do art. 5 da Lei Complementar nº 383/2025; Despacho nº 151/2025 da Secretaria de Educação, que encaminhou a solicitação de revisão legislativa; parecer jurídico favorável da Secretaria de Negócios Jurídicos (Despacho nº 2528/2025), que confirmou a inexistência de impedimentos legais à alteração proposta; além da Mensagem nº 055/2025, encaminhada pelo Prefeito Municipal, justificando que a medida busca garantir segurança jurídica, transparência e isonomia no processo de atribuição de aulas.

Por fim, observa-se que a alteração proposta decorre de pedido formal do Conselho do Magistério e da Secretaria de Educação, com o intuito de assegurar equilíbrio, valorização profissional e coerência jurídica ao processo de classificação e atribuição de aulas para o ano letivo de 2026, harmonizando-o com os princípios da isonomia, legalidade e segurança jurídica previstos na Constituição Federal e na legislação municipal vigente.

II - CONCLUSÕES DO RELATOR

a) Legalidade e Constitucionalidade

O Projeto de Lei Complementar nº 17 de 2025 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva, está em conformidade com os princípios constitucionais e legais, não apresentando vícios de constitucionalidade ou legalidade.

Nos termos do artigo 61, §1º, inciso II, alínea “c” da Constituição Federal, e por simetria observada na Constituição do Estado de São Paulo e na Lei Orgânica no Município de Mogi Mirim, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a propositura de leis que disponham sobre o regime jurídico, carreira e atribuições dos servidores públicos municipais. Desta forma, a iniciativa do presente projeto é legítima e encontra respaldo constitucional.

Conforme estabelece o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal, e incisos I, IX e XI do artigo 12 da LOM, que conferem ao Município a competência para legislar sobre assuntos



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wilians Mendes de Oliveira



de interesse local e dispor sobre a organização, administração e execução dos serviços públicos municipais, incluindo o regime jurídico dos servidores e o funcionamento da estrutura administrativa e pedagógica da rede de ensino municipal.

Em relação ao conteúdo normativo, a alteração proposta não cria novos cargos, não acarreta aumento de despesas e tampouco modifica o regime jurídico dos servidores de forma substancial. Trata-se apenas de ajuste técnico e procedimental destinado a conferir maior clareza, uniformidade e segurança jurídica ao processo de atribuição de aulas no âmbito do Magistério Público Municipal.

A proposta encontra-se em harmonia com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e também com o princípio da segurança jurídica, consagrado no artigo 5º, caput, da CF.

Ressalta-se que a modificação da redação do art. 5 da Lei Complementar nº383/2025 foi recomendada pelo Conselho do Quadro do Magistério e pela Secretaria de Negócios Jurídicos, por meio do Despacho nº 2528/2025, o qual reconheceu expressamente a viabilidade jurídica e constitucional da medida.

A proposta foi igualmente analisada pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, que, em sua Nota Técnica, concluiu pela constitucionalidade e legalidade do projeto, destacando a observância dos princípios da segurança jurídica, isonomia e eficiência administrativa.

Diante do exposto e com base nos fundamentos apresentados, conclui-se que o Projeto de Lei Complementar nº 17/2025 de autoria do Poder Executivo não apresenta vícios de constitucionalidade material ou formal, estando apto a regular tramitação.

b) Conveniência e Oportunidade

Em síntese, o Projeto de Lei Complementar nº17 de 2025, tem por finalidade ajustar a redação do artigo 5º da Lei Complementar nº 383/2025, adequando o texto legal às necessidades práticas do processo de atribuição de aulas para o ano letivo de 2026, diante do recente reenquadramento dos Educadores Infantis para o cargo de Professores de Primeira Infância.





Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wilians Mendes de Oliveira



- Vereador Wagner Ricardo Pereira (Presidente)
- Vereador João Victor Coutinho Gasparini (Vice-Presidente)
- Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Membro)

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 21 de outubro de 2025.

(assinado digitalmente)

VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

Relator

REFERÊNCIAS:

1. **Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, Art. 12, I, IX, XI:** dispõe sobre a competência do Município de legislar sobre assuntos de interesse local; dispor sobre organização, administração, e execução dos serviços públicos locais e organizar o quadro e estabelecer regime jurídico único dos servidores municipais.
2. **Constituição Federal, art. 30, inciso I:** dispõe sobre a competência de legislar sobre assuntos de interesse local.
3. **Constituição Federal, art. 37:** dispõe sobre os princípios da Administração Pública.
4. **Constituição Federal, art. 61, §1º, II, “c”:** estabelece ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a criação e organização da administração pública.
5. **Lei Complementar Municipal nº 207/2006:** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários da Rede Municipal de Ensino.
6. **Lei Complementar Municipal nº 383/2025:** Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 207/2006, que estabelece o Estatuto do Magistério Público de Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários, reenquadrando os Educadores Infantis como Professores de Primeira Infância.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wilians Mendes de Oliveira



7. **Nota Técnica da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Mogi Mirim**, de outubro de 2025, que atesta a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 17/2025.
8. **Despacho nº 151/2025**, da **Secretaria de Educação**, que encaminha solicitação de alteração legislativa com base em deliberação do Conselho do Magistério.
9. **Despacho nº 2528/2025**, da **Secretaria de Negócios Jurídicos**, que reconhece a viabilidade jurídica e constitucional da alteração proposta, não apontando impedimentos legais.
10. **Mensagem nº 055/2025**, de autoria do Prefeito Municipal **Paulo de Oliveira e Silva**, que encaminha o Projeto de Lei Complementar nº 17/2025 à Câmara Municipal, apresentando sua justificativa e fundamentos legais.
11. **Ata da 19ª Reunião Conjunta de Comissões**, realizada no dia 08 de outubro de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 8NTM-6986-89AK-SMH5



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wilians Mendes de Oliveira



**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 17 DE 2025 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA.**

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determina o artigo 35 da Resolução nº 276 de 09 de novembro de 2010 a Comissão Permanente de Justiça e Redação formaliza o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 17 de 2025.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

(assinado digitalmente)

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Presidente

(assinado digitalmente)

VEREADOR JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI

Vice-Presidente

(assinado digitalmente)

VEREADOR WILIAN MENDES DE OLIVEIRA

Membro/Relator

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 8NTM-6986-89AK-SMH5



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=8NTM698689AKSMH5>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 8NTM-6986-89AK-SMH5

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 8NTM-6986-89AK-SMH5